

ESQUEMATIZAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO(S)

ANA CALDES

(Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa)

ABSTRACT: In the framework of text theory the notion esquematização discursiva (discourse schematization, in English) has revealed to be a useful device to account for textual production and reception. In fact, as long as we consider texts as complex objects, their interpretation cannot be plain and steady: on the one hand, the compositional structure of a text is able to work as a guide for the establishment of its interpretative process; on the other hand, one has to bear in mind the fact that each text is necessarily related to a (text) genre and, therefore, the generic dimension plays a decisive role in the formation of the discourse schematizations associated to different texts.

KEYWORDS: schematization; text; interpretation; composition.

1. Introdução

Dizer que todo o texto é por natureza *dialógico* significa aceitar que ele se concretiza, em qualquer caso, em função de sujeitos comunicantes dotados, portanto, da sua própria individualidade. Desta forma, o acto de comunicar – ou, de acordo com a perspectiva que se pretende assumir, de *fazer texto* – é sempre subjectivo, no sentido em que depende não só de quem o realiza como, por outro lado, de uma orientação em prol daquele(s) para quem se comunica. Ora este facto, subjacente a qualquer situação de interacção linguística, não pode obviamente deixar de encontrar reflexos ao nível da organização composicional do texto, isto é, ao nível do modo como ele se encontra “*esquematizado*”. É no seguimento deste pressuposto que a noção de *esquematização discursiva*¹, proposta por J.B. Grize (1990), merece da nossa parte especial atenção, pelo que, numa primeira fase deste trabalho, dedicaremos algum espaço à clarificação da noção em causa e do quadro teórico que a suporta.

¹ A noção será explicitada no ponto 2 deste trabalho.

Explicitada a noção central que preside à abordagem aqui proposta, pretende-se, numa segunda fase, explorar a sua aplicação às questões relacionadas com a organização composicional dos textos. Para o tratamento de tais questões importa levar em conta a complementaridade entre as categorias de *texto* e *género* não apenas como categorias fulcrais para a descrição linguística, mas também como elementos determinantes para a compreensão da complexidade que caracteriza todo o objecto textual enquanto objecto social e historicamente situado.

Por último, é nosso objectivo tratar das questões relativas à problemática da recepção textual, nomeadamente, as que se prendem com as condições que subjazem à interpretação dos textos. Neste sentido, e particularmente no que diz respeito ao ponto reservado à análise textual, interessa-nos dar conta dos processos pelos quais a organização composicional de um texto – ou, se quisermos, a “*esquematização*” que ele propõe – é susceptível de orientar a construção, por parte do leitor, do seu percurso interpretativo. Considerando que esse percurso não está em caso algum desvinculado da finalidade comunicativa inerente à concepção do texto, que subscrevemos, interessa avaliar em que medida os textos, na qualidade de objectos dotados de uma composição própria, se constituem como *espaços de (des)construção de sentido(s)*, guiando o leitor no seu processo de leitura e de interpretação.

2. A noção de *esquematização*

A noção de *esquematização (discursiva)* surge, no contexto dos estudos em Lógica Natural², face à incapacidade revelada pelos esquemas da comunicação tradicionais³ para descrever a complexidade do processo de interacção verbal entre sujeitos. Tais esquemas, que propõem numa abordagem unidireccional da comunicação, apresentam-na como um processo linear, estável, orientado de um emissor para um destinatário, sem que este último desempenhe aí um papel activo enquanto interveniente na própria interacção.

Uma descrição desta natureza, mostra-se, na sequência do que refere Grize (1990: 28), insuficiente para dar conta do que se passa ao nível do discurso. Assim, impõe-se considerar uma perspectiva que encare o acto de comunicação na sua condição de *acto dirigido* e, portanto, realizado imprete-riavelmente em função de um interlocutor, qualquer que seja o grau de presença que se lhe atribua. É, pois, neste contexto, que importa evidenciar,

² De uma forma geral, pode dizer-se que a Lógica Natural descreve as “operações lógico-discursivas” sobre as quais assenta a expressão numa língua natural (Grize 1990: 65); caracterizada como uma lógica dos sujeitos, a Lógica Natural leva em conta os aspectos decorrentes da situação de interacção na qual os sujeitos participam como comunicantes. Desta forma, ela opõe-se ao carácter descontextualizado e objectivizante da lógica formal, própria das línguas artificiais, entendida, por sua vez, como uma lógica exclusiva de objectos.

³ Destaca-se, a título de exemplo, o conhecido modelo da comunicação proposto por Shannon & Weaver, 1985 (cf. Grize, 1990: 27).

mais uma vez, o carácter dialógico de toda a actividade comunicativa entendida, nos termos em que o autor a define, como *actividade de esquematização*:

(...) si, dans une situation donnée, un locuteur *A* adresse un discours⁴ à un locuteur virtuel *B* [dans une langue naturelle], je dirai que *A* propose une “schématisation” à *B*, qu’il construit un micro-univers devant *B*, univers qui se veut vraisemblable pour *B*.

Grize (1982b: 171)

Da forma como o explicita Grize, o trabalho de esquematização traduz-se, na sua essência, num trabalho de construção – seja *do* discurso, seja *pelo* discurso – podendo ainda ser encarado numa dupla vertente: enquanto *processo* e enquanto *resultado*. Assim, do ponto de vista processual, podemos dizer que esquematizar corresponde a organizar, no contexto de uma situação comunicativa particular, o material verbal disponível e em uso num dado momento de utilização da língua⁵. Tal organização, realizada imperativamente em função de um interlocutor específico, obedece assim a uma selecção e gestão do material verbal adequado à criação do(s) efeito(s) de sentido pretendido(s) – isto é, aquele(s) capaz(es) de irem ao encontro da finalidade comunicativa do texto⁶. Poder-se-á, assim, assumir a seguinte formulação: «l’activité de schématisation est créatrice de sens» (Grize 1990: 35). Não obstante, tomada na acepção de resultado, assumimos que toda a esquematização se constitui enquanto *produto discursivo*, um todo organizado visando a construção de sentido. Sendo esta a perspectiva em que se encaram, no âmbito deste trabalho, os próprios textos empíricos, diremos que eles constituem, em última instância, os correspondentes semióticos de toda a *actividade esquematizante*, no contexto em que a temos vindo a definir.

⁴ Perante a diversidade de quadros teóricos relativos ao tratamento das questões *discursivas*, o termo é susceptível de sugerir possíveis ambiguidades, pelo que é de todo o interesse explicitar que, doravante, tomaremos “*discurso*” como toda a produção linguística realizada numa dada situação comunicativa e, portanto, situada num determinado contexto de interacção.

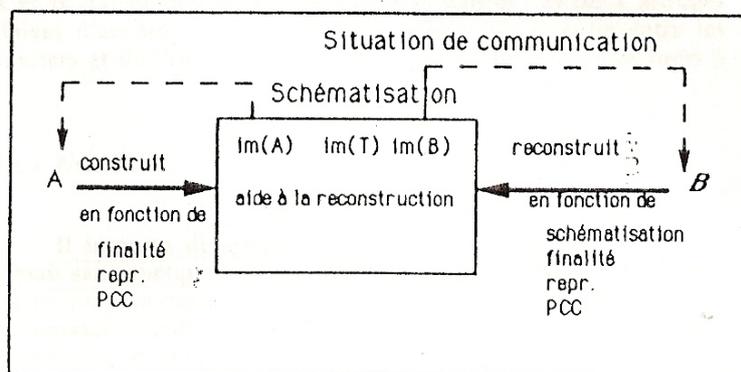
⁵ Cf. «Comme il s’agit d’une activité discursive (...) il s’agit d’organiser un matériau verbal, c’est-à-dire des signes (les mots) qui renvoient à des préconstruits culturels» (Grize, 1990: 35).

⁶ Refere Grize, a propósito: «(...) Il s’agira [...] d’une part, de sélectionner dans le noyau dur des mots les traits qui vont concourir à l’effet souhaité et, d’autre part, de les accompagner d’aspects nouveaux dont on espère qu’ils vont contribuer au résultat» (1990: 35).

2.1. Esquematisação, representação e imagem

Quem comunica, fá-lo por recurso a uma esquematização ou, para utilizar as palavras de Grize, a uma *représentation discursive*⁷. De facto, para interagir com o outro, qualquer locutor deve ter uma representação da situação de comunicação da qual participa – isto é, deve possuir uma ideia não só do seu interlocutor e do tema do seu discurso, mas também uma ideia de si mesmo enquanto interveniente no processo comunicativo⁸.

Se bem que essas representações variem inevitavelmente de locutor para locutor – sempre sujeitos únicos e individuais – também é verdade que elas se encontram fortemente determinadas pelo conjunto dos pré-construídos culturais em vigor na conjuntura social e histórica em que o sujeito/locutor se posiciona. As especificidades do tempo e do espaço em que se vive aparecem, por conseguinte, como condicionantes das nossas próprias representações, sejam as que aceitamos como estabilizadas pela colectividade, seja as que construímos a partir da nossa própria experiência pessoal. Estes dois aspectos, determinantes quando se trata de definir os moldes em que se processa a nossa interacção com o outro (o mesmo é dizer, de lhe propor uma *esquematisação*) têm igualmente um peso decisivo no modo como o interlocutor reconstrói, da sua parte, a esquematização que lhe é proposta. O quadro abaixo, reproduzido de Grize (1990: 29), sintetiza o que se acaba de dizer:



Quadro 1⁹

⁷ Cf. Grize (1990: 29): «Le locuteur A construit une représentation discursive de ce dont il s'agit, par définition une schématisation. Il la fait dans une situation d'interlocution et devant un interlocuteur B qui reconstruit la schématisation qui lui est proposée».

⁸ Cf. Grize (1990: 33-35). De notar que estas são, não obstante, representações sempre parciais. Como refere Grize (1990: 33): «Parler des représentations que A se fait de B n'est qu'une commodité d'expression. On ne représente jamais une personne, mais certains de ses aspects: ses savoirs, ses desseins, ses valeurs.(...) Il en va d'ailleurs de même pour les représentations du thème T».

⁹ Nota: [repres.] representações; [PCC] pré-construídos culturais; [Im(A)] imagem de A; [Im(T)] imagem do tema; [Im(B)] imagem de B.

O quadro acima apresentado merece ainda que sejam explicitados alguns aspectos de natureza conceptual. Em primeiro lugar, há que sublinhar a necessidade da distinção terminológica entre as noções de *representação* e de *imagem*, questão que o autor coloca nos seguintes termos: «(...) je réserve le terme d'image pour ce que propose la schématisation elle-même. Dans ma terminologie, orateur et auditeur ont des représentations et le discours propose des images» (Grize 1990: 33). De acordo com a perspectiva apontada, considerar-se-á, portanto que, do ponto de vista discursivo, qualquer esquematização sugere a construção de três *imagens* possíveis: a imagem do locutor ($Im(A)$) interveniente na situação de comunicação, do tema do seu discurso ($Im(T)$) e do interlocutor (virtual ou não) ao qual aquele se dirige ($Im(B)$).

Na linha do que se tem vindo a expor é de assumir que enquanto representação discursiva uma esquematização assume um carácter tanto selectivo como funcional, por duas razões: primeiro, porque quem esquematiza selecciona, de entre as *imagens* possíveis, a que melhor se adequa à situação de interacção em causa. Por outro lado, na medida em que uma toda a esquematização se orienta em função de um interlocutor, assume-se que ela visa visa, de alguma forma, intervir sobre ele, em outros termos, induzi-lo a participar do “universo de sentido”¹⁰ proposto pelo próprio discurso.

3. Do texto como objecto de *esquematização*

A problemática da esquematização, tratada por Grize como uma problemática discursiva, é também, no seguimento do que refere o autor, uma questão de ordem semiótica: «Schématiser un aspect de la réalité, fictive ou non, est un acte sémiotique: c'est donner à voir» (Grize 1990: 37). De um modo geral, pode dizer-se que a posição de Grize – ao considerar a dimensão semiótica de toda a actividade de esquematização – vai ao encontro da perspectiva em que aqui assumimos a noção de texto: trata-se de uma unidade estruturada (dotada, portanto, de uma composição e organização próprias) que não se reduz necessariamente a um objecto exclusivamente verbal, admiindo-se assim o não-verbal como recurso eventual. Desta forma, a abordagem que aqui se propõe toma os textos numa acepção mais ampla do que aquela que é correntemente assumida: a de correspondentes semióticos de uma actividade de esquematização.

3.1. O processo de “*dar a ver*”

Se, como refere Grize, uma esquematização é susceptível de criar *imagens*, é pela capacidade que aquela possui de “*dar a ver*”¹¹, isto é, pela forma como é seleccionado e organizado o material semiótico que compõe um texto. Do ponto de vista da produção textual, considera-se que essa organi-

¹⁰ O termo é tomado de Maingueneau (1997: 45).

¹¹ É, aliás, com base nesta ideia, que o autor justifica o uso do termo “*imagem*”.

zação se realiza, *grosso modo*, em função de três planos distintos, a saber, o plano das práticas sócio-comunicativas instituídas, o da dimensão composicional dos textos e o da própria situação comunicativa. É, pois, sobre eles que nos debruçaremos a seguir.

3.1.1. As práticas instituídas

Por práticas sócio-comunicativas designam-se as práticas linguísticas relativamente estabilizadas que se encontram associadas, num dado momento da língua, às diferentes esferas de actividade e de interacção social; trata-se, assim, de práticas que, pela sua estabilidade, se encontram culturalmente instituídas no seio da comunidade de falantes. Ora é justamente neste âmbito que se enquadram os géneros (textuais): na medida em que se constituem como «produtos de configurações de escolhas por entre as possíveis, que são momentaneamente cristalizadas ou estabilizadas pelo uso» (Bronckart 2005: 62), os géneros funcionam, a título de modelos (de texto), como padrões de referência para as interacções que ocorrem nos mais diversos contextos comunicativos. No decorrer da sua experiência como falantes, os sujeitos criam acerca dos géneros textuais as suas próprias representações – formulam, portanto, sobre eles uma determinada ideia. Relativamente aos textos com que se deparam no quotidiano, essas representações realizam-se em função de aspectos de ordem distinta, a saber, de ordem referencial (ao nível do conteúdo temático habitualmente associado a um determinado género), comunicacional (em termos da forma de interacção que o género visa estabelecer) e cultural (relativamente ao valor de uso desse género)¹². Às representações mencionadas poder-se-ia ainda acrescentar uma terceira, de ordem *configuracional* – na medida em que se admite que cada género textual está directamente associado, na linha do que refere Bronckart, a uma determinada *configuração*, ou como já dissemos, a um determinado modelo de texto.

De acordo com o que se acaba de expor, diremos que, no sentido em que o temos vindo a tomar, o trabalho de esquematização está sujeito aos constrangimentos decorrentes de dois aspectos fundamentais. Por um lado, ele aparece fortemente condicionado pela actividade (social) que o convoca – sendo necessário levar em conta as finalidades gerais associadas ao funcionamento dessa actividade, admite-se que diferentes finalidades justifiquem o recurso a diferentes esquematizações. Por outro, nenhuma esquematização pode ser indiferente à identidade do género (textual) em que se realiza e, fundamentalmente, às limitações decorrentes do modelo de texto que ele impõe na qualidade de pré-construído cultural.

3.1.2. A composição textual

Reiterando a ideia apresentada no ponto 3, importa referir que o processo de “dar a ver”, constituído processo de esquematização, pode considerar-

¹² Cf. Bronckart (2005: 62).

-se associado a uma concepção figural do texto – isto é, a uma perspectiva que conceba o objecto textual na qualidade de *objecto de figura* dotado, portanto, de uma organização e estrutura próprias¹³. Do ponto de vista da dimensão composicional, os textos empíricos resultam de um trabalho de *construção*, no sentido literal do termo: trata-se, assim, de proceder à selecção e organização dos recursos semióticos à disposição na língua com vista a produzir, sobre o possível leitor do texto, um determinado efeito. Neste sentido diremos que a composição textual é motivada, em primeira instância, por uma finalidade básica: influenciar o outro – por outras palavras, fazê-lo “comungar” do universo que lhe é proposto pela própria esquematização. Para isso, cabe ao locutor realizar escolhas, tanto relativamente ao que pretende dizer como aos moldes em que o faz; nesta óptica, torna-se relevante considerar que o processo de “dar a ver” – de construir *imagem* – deva ser percebido, simultaneamente, como processo de manipulação, permitindo gerir, no espaço do texto e da forma mais conveniente, o que se quer mostrar, ocultar ou evidenciar¹⁴. Como refere Grize, a propósito: «Agir sur lui [l’interlocuteur], c’est chercher à modifier les diverses représentations qu’on lui prête, en mettant en évidence certains aspects des choses, en occultant d’autres, en en proposant de nouvelles et tout cela à l’aide d’une schématisation appropriée» (1990: 40).

3.1.3. A situação comunicativa

Sempre único e singular, qualquer texto está sujeito às condições espaciais e temporais da situação de comunicação em que ocorre. Neste sentido, dizemos que o texto faz parte da conjuntura sócio-histórica em que se inscreve (o tempo e o espaço da sua produção), a qual está por sua vez embutida dos aspectos culturais, colectivamente estabilizados, que a acompanham. À parte estes aspectos, de entre os quais focámos, no ponto anterior, a questão dos géneros textuais, interessa ainda considerar as condições de ordem material que, fazendo parte da produção do texto, são passíveis de influenciar o processo de esquematização. Neste caso, referimo-nos especificamente ao suporte que serve de veículo à circulação do texto, aceitando-se que diferentes suportes, com características distintas, tendem a condicionar (até para o mesmo texto) a ocorrência de diferentes esquematizações. A organi-

¹³ A noção é tomada de Coutinho (2004: 31-35) que opõe o texto, como *objecto de figura* ao discurso, como *objecto de dizer*. Nesta linha salienta-se a complementaridade entre as categorias de texto e de discurso evidenciando-se a necessária articulação entre, respectivamente, o plano composicional dos textos e o carácter dirigido (e, portanto, subjectivo) das práticas discursivas.

¹⁴ É a este nível que cabe sublinhar a importância que assumem os *não-ditos* no processo de comunicação; trata-se de pensar que, nesse processo, o que se pretende dizer pode não corresponder, de forma exacta, àquilo que efectivamente se diz ou se apresenta como dito. Assim sendo, a ocorrência de não-ditos é responsável pela mobilização dos saberes implícitos, pré-construídos, susceptíveis de serem activados no contexto de uma situação comunicativa particular.

zação composicional de um texto é susceptível de variar, portanto, consoante se trate, por exemplo, de um texto produzido em registo oral ou escrito, numa revista de especialidade ou para o público em geral, um *outdoor* ou um folheto informativo. Outro aspecto inerente à situação comunicativa na qual o texto se realiza (ou em que é esquematizado) tem a ver com os sujeitos que nela participam, ou melhor, com as representações que eles constroem acerca da sua interacção com o outro. Assumindo-se, nesta linha, a natureza psicossocial de toda a actividade esquematizante, importa considerar que esta se encontra fortemente determinada pelo modo como a percebem, a título individual, os próprios sujeitos: assim, é legítimo pensar que a forma como esquematizamos, isto é, como *fazemos texto*, depende, em larga escala, da ideia que possuímos de nós mesmos enquanto interlocutores, em outros termos, do que sabemos que nos é permitido dizer em função do estatuto que ocupamos na situação comunicativa.

Assumido o peso que os aspectos atrás mencionados possuem na construção de uma esquematização, importa agora, tendo em conta os objectivos do presente trabalho, verificar a importância que tais aspectos assumem no processo de *reconstrução*, por parte do interlocutor, da esquematização que lhe é proposta. A este respeito, pensamos ser viável considerar que se trata, na verdade, de um processo de *desconstrução*, uma vez admitida, na sequência de Grize (1990: 30), a impossibilidade de uma reprodução idêntica da esquematização original: «Il en découle que la reconstruction d'une schématisation ne sera jamais véritablement isomorphe à sa construction dans la mesure où chaque individu réel est unique.»

O processo de desconstrução, entendido, na perspectiva que aqui se adopta, como processo de interpretação textual revela-se, assim, inevitavelmente subjectivo. No entanto, e sem querer negar a importância deste carácter, inerente, aliás, a todo o processo interpretativo, pretende-se avançar com a ideia de que se trata, na verdade, de uma subjectividade relativa – a nosso ver, manipulada – e, sobretudo, condicionada pelos contornos semióticos da esquematização proposta, já que se admite, no seguimento do que refere Grize, que «une schématisation toutefois n'est pas faite que d'images. Elle contient aussi des marques qui aident à sa reconstruction» (1990: 38).

4. Esquematização e interpretação

Se se aceita, de acordo com a perspectiva assumida, que uma esquematização se faz de *imagens*, é na medida em que esta se apresenta, na sequência do que anteriormente se explicitou, como trabalho de *construção*, entendido do ponto de vista da selecção e organização do material semiótico convocado e mobilizado para uma dada situação comunicativa. Assim, enquanto processo de *(re/)desconstrução* (discursiva), a interpretação de um texto não pode estar, portanto, desvinculada da dimensão composicional que por natureza lhe é intrínseca, embora se lhe reconheça um contributo parcial nesse processo. De facto, se bem que as unidades de constituição do texto, que

poderemos designar como unidades composicionais, se apresentem como o suporte material do acto de interpretação, elas são, por si só, insuficientes para dar conta da complexidade que o caracteriza; conforme sublinha Rastier (1994), «les signes linguistiques sont le support de l'interprétation, non son objet. Seuls des signifiants, sons ou caracteres, sont transmis: tout le reste est à reconstruire».

4.1. Percurso de leitura e percurso interpretativo

Ao nível dos textos empíricos, considera-se que o processo de interpretação – assumido processo de (des)construção de *imagens* – se desenvolve em dois momentos distintos: numa primeira instância, aquando da leitura gráfica e/ou espacial do texto, isto é, aquando da realização do que entendemos ser o seu *percurso de leitura*; numa segunda instância, sempre que, para um dado texto, se realiza o seu *percurso interpretativo*, definido como percurso decorrente dos nexos relacionais estabelecidos entre as suas diferentes unidades composicionais¹⁵. Nesta perspectiva, o acto de ler é necessariamente anterior ao acto de interpretar, sendo na passagem dos percursos de leitura aos percursos interpretativos que o interlocutor – enquanto sujeito interpretante – desenvolve, por sua vez, a sua própria actividade esquematizante; em outros termos, desconstrói o *sentido* que lhe é proposto. Não obstante, se podemos considerar que esta desconstrução se apoia, por um lado, na materialidade textual, devemos igualmente levar em conta que ela faz intervir outros aspectos, para além dos especificamente semióticos – de entre eles, cabe, assim, destacar o papel que o género textual, na qualidade de pré-constructo cultural, desempenha neste processo, assumindo, no seguimento de Rastier, a sua acção reguladora na formação dos percursos interpretativos associados a um determinado texto:

D'une part, il y a une objectivité du sens, dans la mesure où le texte contraint – sans pourtant les déterminer entièrement – les lectures plausibles qu'on peut en faire. (...) Mais encore le texte, ne serait-ce que par son genre, contient des instructions interprétatives, qui, explicites ou non, ne peuvent être négligées sans réduire l'interprétation à une réécriture lacunaire. Tout cela contraint les parcours interprétatifs possibles, et même l'imagerie mentale du lecteur.

Rastier (1989: 15)

¹⁵ A problemática associada à construção dos percursos de leitura / interpretativos, bem como a explicitação teórica dos termos adoptados foi desenvolvida, de forma mais detalhada, em trabalhos anteriores (Cf. Caldes, 2007), de que aqui se dá conta apenas uma breve clarificação conceptual.

4.2. Competência genérica e interpretação

Na sequência do que ficou dito evidente interessa reconhecer a função instrucional que se atribui ao género no processo de interpretação dos textos: na medida em que a um dado género se associam representações sociais específicas, estipulando, perante a diversidade de contextos comunicativos, *o que pode ser dito e como deve ser dito*, entende-se que este surge também, na perspectiva inversa, como um elemento condicionador do processo de interpretação dos textos, estabelecendo os moldes em que eles devem ser lidos e/ou interpretados¹⁶. Quando reconhecemos um género (a partir de um qualquer exemplar de texto) construímos sobre ele determinadas expectativas – estabilizadas, por sua vez, ao nível colectivo das indexações sociais; ora tal só é possível na medida em que os sujeitos desenvolvem, no decurso da sua existência como falantes, uma *competência genérica*, em função da qual avaliam a pertinência e a adequação dos géneros às diferentes situações comunicativas. Do ponto de vista da interpretação dos textos, diremos que a competência genérica faz mobilizar os conhecimentos relativos a dois aspectos fundamentais das práticas linguísticas, a saber, por um lado, a dimensão composicional dos géneros e, por outro, os contextos de uso que lhe estão, por norma, associados.

No que concerne ao primeiro aspecto mencionado, admite-se que há unidades composicionais que estão, de forma recorrente, vinculadas a um género textual específico, constituindo, por este motivo, um traço da sua identidade; salvo eventuais excepções, o mesmo acontece relativamente à disposição que estas unidades assumem no espaço gráfico do texto; desta forma, o que está em causa é a mobilização de uma configuração própria de um género, isto é, da *imagem* semiótica que lhe é característica. Além disso, cabe considerar que determinados géneros estão associados não só ao funcionamento de actividades sociais específicas, como também à expressão de finalidades comunicativas particulares – estes aspectos delimitam, assim, os contextos de uso de cada género textual. Pelo seu carácter recorrente, os aspectos referidos conferem aos géneros textuais uma relativa previsibilidade; do ponto de vista da interpretação, é essa mesma característica que actua de forma reguladora ao nível dos percursos interpretativos realizados para um determinado texto – o mesmo dizer que, se é verdade que os nexos relacionais a estabelecer no âmbito de um percurso interpretativo em muito dependem da subjectividade de quem interpreta, eles também se orientam de acordo com as expectativas criadas, pelo próprio sujeito, em relação ao que prevê enquanto interpretante; ora tais expectativas não podem estar dissociadas, pelas razões que apontámos, do género de que o texto participa. Refere Rastier (1989: 43), a respeito: «(...) la connaissance des genres reste indispensable pour interpréter les textes, même littéraires et d'avant-garde. Elle permet de définir des interprétants, de formuler des critères de plausibilité des lectures, et de contribuer à fixer la référence, fictionnelle ou non». Esta-

¹⁶ Retomo aqui, brevemente, aspectos já anteriormente trabalhados – cf. Caldes (2007).

belecendo a articulação com o quadro conceptual e terminológico da Lógica Natural, assumimos aqui que a dimensão genérica – relativa aos géneros de texto – constitui, pelas razões que apontámos, uma dimensão fulcral de qualquer esquematização. Desta forma, não se trata apenas de propor, de entre o conjunto de possibilidades, a *imagem* adequada à especificidade da situação de interacção, mas também de levar o outro a interpretá-la (ou seja, a desconstruí-la) no âmbito do quadro socio-comunicativo instituído pela própria interacção.

De acordo com o que se explicitou no início deste ponto, a orientação que toma um percurso interpretativo leva em conta as relações passíveis de estabelecer entre as unidades de composição de um texto; não obstante, se os moldes em que se constituem tais relações – determinantes, aliás, para a construção do sentido – em muito dependem dos aspectos decorrentes da inscrição do texto em um determinado género, cabe considerar, na sequência deste facto, que eles são igualmente condicionados pelo que se considera ser a dimensão global do texto. Considerado por autores como Bronckart uma “unidade comunicativa de nível superior”¹⁷ o texto admite dois modos complementares de abordagem – global e local. Assumindo o determinismo dos aspectos globais (de entre eles, as questões relacionadas com o próprio género) sobre os locais, diremos que o processo de interpretação ocorre, em última instância, em função da realidade global do texto – isto é, daquilo que ele representa enquanto unidade semiótica, realizada, por sua vez, no âmbito de uma prática socio-comunicativa específica; é, pois, neste contexto, que se admite, no seguimento do que refere o autor (Rastier 1994), que «(...) le texte, comme globalité, détermine le sens de ses unités locales». Desta forma, se se considera que a construção de nexos relacionais – determinantes, portanto, para a realização dos percursos interpretativos – opera aos dois níveis de constituição do texto (mencionados por Rastier), cabe também levar em conta que é da articulação entre o global e o local (ou dos moldes em que o sujeito a percebe) que decorre, em última instância, a (des)construção do sentido tomada, na perspectiva que aqui se assume, como fim último de qualquer acto de interpretação.

5. Análise textual

O texto em análise (em anexo) constitui um exemplar do género *anúncio publicitário*, tendo sido publicado na edição de 21 de Junho de 2005 do jornal *Correio da Manhã*. Inserido no contexto de uma actividade específica – a actividade publicitária – a esquematização proposta para este texto orienta-se, portanto, para um fim persuasivo, visando a aquisição do produto publicitado.

Numa primeira análise, podemos dizer que a esquematização que aqui se propõe assenta no jogo entre dois percursos de leitura possíveis para o

¹⁷ Cf. Bronckart (1999: 71).

texto em causa: admitindo-se que a leitura se orienta da esquerda para a direita e de cima para baixo, pode-se prever um percurso realizado na horizontal e outro na diagonal. Ao nível da leitura horizontal, observa-se que o processo de “dar a ver” – de esquematizar – vive fundamentalmente da progressão / evolução temática do texto, isto é, da série de associações, relações e retomas que, do ponto de vista temático, são passíveis de serem estabelecidas entre as unidades mobilizadas no que se considera ser o primeiro bloco de composição do texto. O quadro que se segue apresenta de forma esquemática essa progressão, com o símbolo >> a assinalar a articulação entre as unidades sublinhadas:

<p>O dia passou num instante. Parece que ainda sinto o zumbido do <u>despertador</u> >> (...) Pode ser o efeito do <u> sinal de chamada </u> (do telemóvel)</p> <p><u> Sinal de chamada </u> >> Lembrei-me de sonhar que estava ao <u> tele- móvel </u></p> <p>Lembrei-me de <u> sonhar </u> >> Eu estava <u> acordado </u></p> <p>Estive a conversar com a <u> Rita </u>. Ou terá sido o <u> Pedro? </u> >> <u> Falei com tanta gente </u></p> <p>Liguei para <u> um dos meus amigos </u> >> Esta conversa foi com a <u> Carla </u> >> Foi <u> ela </u> que me disse <u> como era bom comer legumes </u></p> <p>E eu não tinha noção de como era bom <u> comer legumes </u> >> (...) os <u> legumes </u> são benéficos para a saúde</p> <p>Os bróculos (...); <u> a couve-flor </u> >> ... lembra-me uma conversa que tive (...) com <u> o Jaime </u></p> <p><u> O Jaime </u> >> Liguei-lhe para saber se ainda tinha o mesmo número...; (...) ao fim de uma hora, já falávamos acerca dos golfinhos da <u> Amazónia </u></p> <p><u> Amazónia </u> >> (...) disse ao Jaime que tinha ligado à Dulce e que ela tinha voltado do <u> Brasil </u> onde estive de férias</p> <p>Ficou logo decidido que iríamos fazer <u> um jantar </u> >> Ligo a toda a gente e marco <u> o restaurante </u></p> <p>Vai ser num <u> (restaurante) </u> italiano. >> Tem bom ambiente e <u> a comida é muito boa </u>.</p> <p><u> A comida </u> >> Até parece que já estou a ouvir o Tiago, depois de comer uma pizza quatro estações e de provar um <u> fettucine al pesto </u> >> Meus amigos, um brinde, <u> este prato </u> está fantástico</p>

Pelo que se pode observar, o avanço temático ocorre em função de articulações de natureza diversa, nomeadamente, ao nível das relações de sentido entre unidades, seja do mesmo campo lexical – estabelecendo entre si uma relação do tipo da holo-meronímia (por exemplo, “*despertador / sinal de chamada*”; “*sinal de chamada / telemóvel*”, ...) – seja de campos lexicais opostos (como em “*sonhar / estar acordado*”), relações da ordem da hiperonímia (como é o caso da expressão “*tanta gente*” por relação com “*a*

Rita”, “o Pedro”), da hipo-hiperonímia (tendo as unidades “couve-flor” e “bróculos” como hipónimos de “legumes”) ou ainda por recurso a processos de retoma anafórica de tipo associativo (no caso das unidades “jantar / restaurante”, “restaurante / comida”, “comida / prato”, entre outras). Por outro lado, a marcação gráfica das unidades¹⁸ que, respectivamente, iniciam e concluem este bloco composicional, coloca em destaque – a partir de um percurso de leitura na diagonal – a expressão valorativa daí resultante: “O dia está fantástico”. Considerada esta expressão, admite-se que ela assume um papel central ao nível interpretação do texto, ao funcionar como elemento desencadeador do seu percurso interpretativo, o que nos parece justificar-se por dois motivos: numa primeira etapa, porque é a presença da expressão em causa que permite a interacção inicial com o leitor / interpretante, pelo nexos relacional que estabelece com o slogan da marca – “O dia está fantástico.” / “How are you?” (“Como estás tu?”). Numa segunda etapa, porque é ela que assegura o estabelecimento de uma relação de causalidade com as unidades que se lhe seguem, sugerindo a construção do seguinte percurso interpretativo: *o dia está fantástico porque posso usufruir do serviço publicitado, isto é, do plano Best 500* – com o custo do serviço assinalado, aliás, em caracteres de grande dimensão, a funcionar argumentativamente. De notar também, relativamente aos aspectos mencionados, que os nexos relacionais entre estas unidades parecem, por assim dizer, estar *favorecidos* do ponto de vista da marcação cromática do texto; e isto na medida em que se pode considerar, tendo em conta as características do texto em análise, que unidades composicionais marcadas pela mesma cor induzem à construção de um percurso interpretativo que as coloque em relação – desta forma, a marcação cromática assume, neste texto, um carácter instrucional, claramente esquematizante. Outro aspecto a referir tem a ver com a referência ao tipo de consumidor visado, já que, tal como aparece explicitado no próprio texto, se trata da publicitação de um serviço criado “Para quem liga muito e fala mais tempo que o habitual”. Tendo em conta este facto, diremos que é a expressão dessa característica que torna justificável, no texto, a presença do primeiro grande bloco de composição, em que a sequência de acontecimentos descrita – onde abundam ocorrências lexicais do tipo “falei / liguei / começámos por falar / liguei-lhe / ficar a falar / etc.” – retrata o perfil do possível consumidor: aquele que, por falar / ligar muito, encontrará no Plano Best 500 o serviço de telecomunicações adequado para si.

Se as considerações anteriores apontam para os aspectos propriamente locais que estão na base da esquematização proposta, uma análise global permitir-nos-á concluir que o intuito publicitário do texto aparece inicialmente

¹⁸ Por motivos inerentes à própria publicação, não foi possível apresentar o texto na sua versão original, isto é, colorida. Assim, a fim de que se possa compreender os dados apresentados na análise, importa referir que a marcação gráfica em causa corresponde, de facto, a uma marcação cromática representada, aliás, no texto, por uma cor apelativa: o amarelo. No texto, as unidades marcadas por esta cor são as seguintes: “o dia” / “está fantástico” / “Plano Best 500” / “9,9 cênt./min ...” / “500 minutos Para quem liga muito ... habitual”.

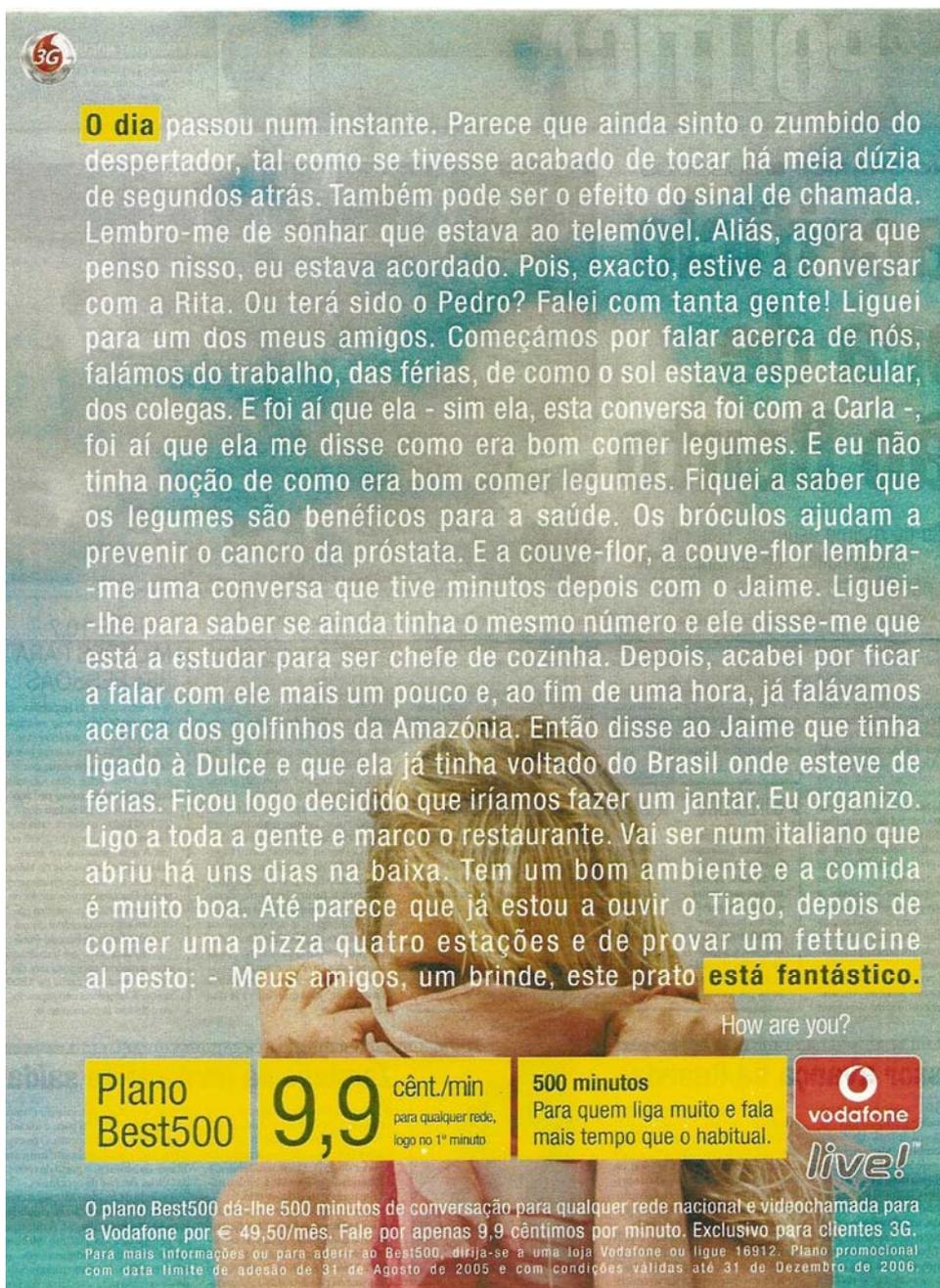
“mascarado” do ponto de vista composicional – veja-se, a propósito, a pertinência da inclusão do monólogo de abertura do texto (correspondente ao primeiro grande bloco de composição). Uma unidade composicional deste tipo, pouco típica de um *anúncio publicitário*, parece subverter momentaneamente o comportamento previsível do género em causa, só mais tarde denunciado, de forma explícita (com a menção ao tipo de serviço publicitado e respectivo custo) a finalidade do texto: a aquisição do serviço “*Plano Best 500*”.

A esquematização proposta para este texto socorre-se, assim, de estratégias argumentativas várias que jogam, como vimos, quer com a gestão e marcação do espaço gráfico do texto, em termos da orientação que tomam os percursos de leitura previstos para o texto em causa, quer também com os nexos relacionais que o agenciamento composicional promove visando a formulação dos percursos interpretativos adequados à desconstrução do sentido (previsto) para o texto, no quadro do género em que este se insere.

6. Conclusão

Considerar que qualquer texto é objecto de uma *esquematização* significa considerar que ele é, sobretudo, trabalho de selecção, isto é, que se constitui como produto das escolhas deliberadas, por parte de um sujeito interlocutor, tendo em vista a concretização dos fins comunicativos decorrentes das diversas situações de interacção. Tais escolhas, com reflexos ao nível da composição particular de cada texto, funcionam, no âmbito da sua recepção do texto, como índices materiais guiando o processo de interpretação. Mas, se a dimensão composicional constitui uma dimensão fulcral neste processo – representando, em primeira instância, a realidade imediata e observável do texto – cabe igualmente assumir que ela, por si só, é insuficiente. De facto, qualquer trabalho de interpretação não estará completo se não levar em conta o vínculo que o próprio texto estabelece com o contexto socio-comunicativo de que participa. Desta forma, diremos que a construção de um percurso interpretativo se encontra estritamente determinada pelas determinantes contextuais inerentes ao próprio texto, de entre elas, o género em que este se inscreve.

Assim sendo, arriscamos dizer, na sequência do que se tem vindo a admitir, que se a construção dos percursos interpretativos assenta nos nexos relacionais formulados por um determinado sujeito a partir da materialidade textual, na verdade, essa rede de relações – necessária para a desconstrução do sentido do texto – não está senão instituída, na medida em que o género a prevê, agindo coercivamente sobre ela: o que interpretamos, e a forma como o fazemos, em muito dependem do que o género permite e possibilita ou, se quisermos, do que ele cria como expectativa. Não obstante, é óbvio que o processo de interpretação é sempre subjectivo (dadas as especificidades que caracterizam cada sujeito como ser individual e, portanto, único); no entanto, ele é também, por outro lado, relativamente previsível, tendo em conta o vínculo com o contexto situacional (e, em todo o caso, *genérico*) em que necessariamente ocorre.



3G

O dia passou num instante. Parece que ainda sinto o zumbido do despertador, tal como se tivesse acabado de tocar há meia dúzia de segundos atrás. Também pode ser o efeito do sinal de chamada. Lembro-me de sonhar que estava ao telemóvel. Aliás, agora que penso nisso, eu estava acordado. Pois, exacto, estive a conversar com a Rita. Ou terá sido o Pedro? Falei com tanta gente! Liguei para um dos meus amigos. Começámos por falar acerca de nós, falámos do trabalho, das férias, de como o sol estava espectacular, dos colegas. E foi aí que ela - sim ela, esta conversa foi com a Carla -, foi aí que ela me disse como era bom comer legumes. E eu não tinha noção de como era bom comer legumes. Fiquei a saber que os legumes são benéficos para a saúde. Os bróculos ajudam a prevenir o cancro da próstata. E a couve-flor, a couve-flor lembra-me uma conversa que tive minutos depois com o Jaime. Liguei-lhe para saber se ainda tinha o mesmo número e ele disse-me que está a estudar para ser chefe de cozinha. Depois, acabei por ficar a falar com ele mais um pouco e, ao fim de uma hora, já falávamos acerca dos golfinhos da Amazónia. Então disse ao Jaime que tinha ligado à Dulce e que ela já tinha voltado do Brasil onde estive de férias. Ficou logo decidido que iríamos fazer um jantar. Eu organizo. Ligo a toda a gente e marco o restaurante. Vai ser num italiano que abriu há uns dias na baixa. Tem um bom ambiente e a comida é muito boa. Até parece que já estou a ouvir o Tiago, depois de comer uma pizza quatro estações e de provar um fettucine al pesto: - Meus amigos, um brinde, este prato **está fantástico.**

How are you?

Plano Best500	9,9 cênt./min para qualquer rede, logo no 1º minuto	500 minutos Para quem liga muito e fala mais tempo que o habitual.	 live!
----------------------	--	---	---

O plano Best500 dá-lhe 500 minutos de conversação para qualquer rede nacional e videochamada para a Vodafone por € 49,50/mês. Fale por apenas 9,9 cêntimos por minuto. Exclusivo para clientes 3G. Para mais informações ou para aderir ao Best500, dirija-se a uma loja Vodafone ou ligue 16912. Plano promocional com data limite de adesão de 31 de Agosto de 2005 e com condições válidas até 31 de Dezembro de 2006.

Referências

- Adam, Jean-Michel (1999). *Linguistique textuelle. Des genres de discours aux textes*. Paris: Editions Nathan.
- Bakhtine, Mikhaïl (1992). Os gêneros do discurso. In *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, pp. 279-326.
- Bakhtine, Mikhaïl (1984). Le problème du texte. In *Esthétique de la création verbale*. Editions Gallimard, pp. 311-338.
- Borel, Marie-Jeanne (1982). Le raisonnement non-formel, un cadre de réflexion. In *Travaux du Centre de Recherches Sémiologiques*, n° 41. Neuchâtel, pp. 41-63.
- Bronckart, Jean-Paul (2005). Os gêneros de texto e os tipos de discurso como formatos das interações de desenvolvimento. In *Análise do Discurso*. Lisboa: Hugin Editores, pp. 39-79.
- Bronckart, Jean-Paul (1996-1999). *Actividade de linguagem, textos e discursos. Por um interaccionismo sócio-discursivo* (trad. port. de *Activité langagière, textes et discours. Pour une interactionisme sócio-discursif*. 1996. Lausanne: Delachaux et Niestlé), São Paulo: EDUC – Editora da PUC-SP.
- Caldes, Ana (2007). Gêneros de texto e recepção textual: estabilidade e dinâmica. *Estudos Linguísticos / Linguistic Studies* (no prelo).
- Coutinho, M. Antónia (2004). Schématisation (discursive) et disposition (textuelle). In *Texte et discours: catégories pour l'analyse*. Dijon: Editions Universitaires de Dijon, pp. 29-42.
- Coutinho, M. Antónia (2003). *Texto(s) e competência textual*. Dissertação de doutoramento. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e para a Tecnologia.
- Grize, Jean-Blaise (1990). *Logique et langage*. Paris: Ophrys, pp. 27-45.
- Grize, Jean-Blaise (1982a). Du raisonnement en logique naturelle. In *Travaux du Centre de Recherches Sémiologiques*, n° 41. Neuchâtel, pp. 1-17.
- Grize, Jean-Blaise (1982b). *De la logique à l'argumentation*. Genève-Paris: Droz.
- Maingueneau, Dominique (1997). *Os Termos-Chave da Análise do Discurso*. Lisboa: Gradiva.
- Melo, Maria de Fátima & Oliveira, Zélia (s/d). A lógica natural – a lógica do sujeito e do objeto. Uma breve notícia (disponível para consulta em <http://www.propesq.ufpe.br/hp/filosofia/arquivos/A%20logica%20natural.pdf>)
- Rastier, François (1994). Sur l'immanentisme en sémantique (disponível para consulta em http://www.revue-texto.net/1996-2007/Inedits/Rastier/Rastier_Immanentism.html)
- Rastier, François (1989). *Sens et textualité*. Paris: Hachette.